



Ninguém nasce cidadão, tornamo-nos cidadãos nos vários processos formativos da sociedade. A família, a escola, o trabalho, os movimentos sociais, as manifestações culturais, a mídia, as instituições – todos são responsáveis de uma maneira ou de outra pela formação do cidadão. A educação para a democracia, educação política ou letramento político, designação que preferimos usar aqui, assume essa premissa de formação do cidadão em vários espaços como primeiro movimento em direção à construção, manutenção e aprimoramento da democracia. Dessa forma, ninguém nasce democrata, também nos tornamos democratas nos vários processos formativos de uma sociedade democrática. Para isso, é preciso conhecer a democracia, praticá-la e defendê-la na escola, no trabalho, nos movimentos sociais, nas manifestações sociais, na mídia, nas instituições em geral. Estaríamos assim mais próximos de compreender a democracia como um bem cultural, um valor presente em nosso cotidiano, nas mais diferentes situações. O fenômeno transcenderia aspectos formais, tais como as eleições etc. Estaria presente em todas as ações, nas relações que nos fazem enxergar a realidade de forma mais plural.

Os estudos reunidos neste número especial da E-legis procuram mostrar, por meio de múltiplas perspectivas, como o letramento político pode e deve ocorrer em todos esses espaços, buscando consolidar a democracia como este bem cultural essencial. É assim que em **Educação como política pública: por que os retornos políticos merecem ser avaliados**, Rogerio Schlegel defende que o letramento político deve ser sistematicamente avaliado como um dos aspectos relevantes das políticas públicas da educação. Já Humberto Dantas e Vinicius Caruso relatam, em **Política nas escolas: o quanto os jovens compreendem essa demanda**, três experiências de educação política realizadas em São Paulo, mostrando que existe uma possibilidade maior de o processo de politização nas escolas ser mais bem sucedido nas séries mais avançadas do Ensino Médio. Preocupado com o modo como o letramento político é abordado em cursos e programas educacionais, Rodrigo Estramanho de Almeida sugere estratégias didáticas para a elaboração de planos de ensino e intervenções pedagógicas na área de formação política no artigo **Esboço didático para o ensino de história política brasileira em cursos de formação política**. Rildo Cosson, por sua vez, amplia essa preocupação e apresenta em **Letramento político: trilhas abertas em um campo minado** posições relativamente consensuais entre os estudiosos da área sobre os conteúdos, as práticas e as condições necessárias para o sucesso do ensino da democracia. A presença da internet nos processos formativos e no letramento político não poderia deixar de ser contemplada, e Rafael

Araújo apresenta esse debate em **Internet e educação: a compressão do espaço-temporal e o civismo**. Como instituição que tem maior interesse na manutenção e aprimoramento da democracia, o Legislativo apresenta vários programas e ações de educação para a democracia que podem ser melhor conhecidos no texto **Educação para a democracia: a Câmara dos Deputados no centro da questão**, de Hérycka Sereno Neves da Rocha. Nessa mesma linha e fechando este número dedicado ao letramento político, mas olhando pelo lado da escola, Marta Mendes da Rocha e Renata dos Santos Vieira discutem em **O Legislativo vai à escola: as instituições políticas e o poder legislativo no âmbito da educação regular** a participação política de jovens e a sua relação com a educação formal.

Boa leitura!